

# PERFIL DOS GRADUADOS EM MEIO À EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO: MUDANÇAS OU PERMANÊNCIAS?

## PROFILE OF GRADUATES DUE TO COLLEGE EDUCACION EXPANSION IN MATO GROSSO STATE: MODIFICATION OR PERMANENCE?

Márcio Henrique de Freitas Cavichioli<sup>1</sup>  
Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar a expansão da educação superior e suas implicações na democratização de seu acesso. Os últimos governos federais criaram programas públicos na tentativa de implementar essa expansão junto com uma diminuição das desigualdades educacionais, como o PROUNI e a Lei de Cotas. Contudo, pesquisas apontam que existem mecanismos que dificultam o processo de amenização das desigualdades de acesso ao ensino superior em razão da distribuição desigual de recursos na sociedade por meio dos capitais econômico, cultural, social e simbólico, além da violência simbólica. Dessa forma, este estudo se propôs a estudar se o processo de expansão do ensino superior em Mato Grosso está colaborando para a diminuição das desigualdades educacionais ou está servindo como um instrumento de reprodução das relações de dominação. Optou-se por uma metodologia com ênfase em análises quantitativas que se utiliza de dados do IBGE.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação Superior, expansão, desigualdade educacionais.

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze the expansion of college education and its implications in the democratization of its access. The last federal governments have created public programs in order for an attempt to implement such an expansion by enabling a decrease in educational inequalities, such as the PROUNI and the quota Law. However, surveys show that there have been mechanisms which complicate the process of reduction of the inequalities of access to college education due to the unequal distribution of resources in society through economic, cultural, social

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/Mato Grosso/ Brasil. cavichioli@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela UFG. Professora Associada Faculdade de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/Mato Grosso/ Brasil. tecmav@terra.com.br

and symbolic capital, thus the symbolic violence. Thus, such a paper proposes to study whether the process of expansion of college education in Mato Grosso state has been collaborating in order to reduce educational inequalities or it is due to an instrument of domination relations reproduction. It has been choose a methodology with emphasis upon quantitative analysis which has used IBGE data.

**KEYWORDS:** college education, expansion, educational inequality.

## Introdução

A pesquisa<sup>3</sup> em pauta se insere nas discussões sobre a expansão da educação superior<sup>4</sup>, a partir de 1990, no estado de Mato Grosso, compreendida no contexto das políticas públicas e da sua efetividade como instrumento de democratização<sup>5</sup> nesse nível de ensino. Como perspectiva teórico-metodológica deste estudo, parte-se dos conceitos de Pierre Bourdieu sobre campo, capital e *habitus*. Sob essa ótica, verifica-se que o mundo social é constituído por diversos campos, dentre eles o da educação superior.

Ao estudar o tema proposto foi verificado o perfil dos graduados no ensino superior, no recorte temporal de 1991 a 2010 por meio das seguintes variáveis: Cor ou raça e sexo dos graduados dos cursos em Direito, Medicina e Serviço Social. Utilizando essas informações foi avaliado se houve mudanças no perfil do estudante que teve acesso<sup>6</sup> ao ensino superior no Estado.

Foram utilizados dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, especificamente os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Sendo assim, foi verificado se a expansão da educação superior em Mato Grosso contribuiu para a diminuição das desigualdades educacionais e para sua democratização ou se elas persistem, fazendo com que a expansão educacional fosse mais um processo de reprodução das relações de dominação

---

<sup>3</sup> Este estudo faz parte de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas de Educação Superior (GEPDES/UFMT), do qual participa os autores, e integram as pesquisas intituladas: “Acesso e permanência no processo de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB”, financiada pelo CNPQ; “Políticas da Expansão da Educação Superior no Brasil”, financiada pelo OBEDUC; “Políticas de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB”, que envolve pesquisadores de quatro regiões do país, vinculados à Rede Universitas BR; e “Políticas de Educação Superior no Brasil pós-LDB/1996: impactos na Região Centro-Oeste com enfoque no ingresso e permanência”, financiada pela FAPEMAT.

<sup>4</sup> Neste trabalho os termos “educação superior” e “ensino superior” serão utilizados como sinônimos.

<sup>5</sup> O conceito de democratização será entendido como uma igualdade de oportunidades entre pessoas procedentes das mais diferentes classes sociais e suas subcategorias como sexo, idade e cor ou raça. (BOURDIEU; PASSERON, 2008).

<sup>6</sup> O conceito de acesso é entendido como a participação na educação superior por meio do ingresso, permanência, conclusão e formação (SILVA; VELOSO, 2010).

(BOURDIEU; PASSERON, 2008).

Optou-se pela metodologia com ênfase na análise quantitativa. O próprio Bourdieu afirmava que suas demonstrações e seus princípios tinham caráter estatístico, além de serem firmados em uma realidade empírica e probabilística. Suas técnicas quantitativas eram instrumentos estatísticos, principalmente, correlações e análises fatoriais (CHERQUES, 2006).

Outro ponto central na epistemologia de Bourdieu (2002) é o pensamento de que não é possível estudar um método separado da pesquisa onde ele é empregado. Ou seja, o método é construído à medida que se decide o que será estudado, pois não há método que se encaixe perfeitamente em um objeto que não precise de suplementação de outras linhas teórico-metodológicas.

Esta pesquisa foi realizada por meio de dados dos Censos Demográficos do IBGE nos anos de 1991, 2000 e 2010, com três cruzamentos, um para cada Censo, utilizando as seguintes variáveis: Sexo, cor ou raça (branca, amarela, preta, parda, indígena) e graduação concluída nos cursos de Direito, Medicina e Serviço Social.

O Censo Demográfico é uma operação estatística realizada pelo IBGE a cada 10 anos. Nele são investigadas as características de toda a população e dos domicílios do território nacional, sendo uma fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população brasileira. Sua metodologia é baseada em dois modelos de questionários para a coleta de dados por meio de entrevistas presenciais. Um questionário é o básico e o segundo o amostral, sendo que em cada domicílio, apenas, um dos questionários é aplicado.

As informações analisadas neste estudo foram extraídas de microdados do Banco Multidimensional Estatístico (BME), gerados pela Gerência de Atendimento do Centro de Documentação e Disseminação de Informações e posteriormente aprovada pelo corpo profissional da Gerência Técnica do Censo Demográfico – GTD.

## **A Expansão do Ensino Superior**

A expansão da Educação Superior no Brasil é um tema que ganhou relevância nos últimos governos federais e foi objeto de diversos programas públicos. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) o número de IES cresceu de 922 (em 1996) para 1.637 em 2002. As vagas de graduação presencial teve um crescimento de 179,56% quando comparado com 1996. Também houve um aumento percentual das vagas em IES privadas frente as públicas, pois em 1996 a proporção era de 71,07% e 28,93% e em 2002 passou

para 83,34% e 16,66% respectivamente (BRASIL, 2015a).

Nos governos Lula – Dilma (2003-2013) o número de IES passou de 1.637 em 2002 para 2.391 em 2013. Para o mesmo intervalo de tempo as vagas de graduação presencial cresceram 93,43%, enquanto a proporção de IES públicas e privadas permaneceu estável quando comparado ao governo de FHC (BRASIL, 2015a).

Ristoff (2014) cita que essa expansão foi acelerada no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2002) devido ao aumento do ensino privado no país. Já os governos Lula – Dilma nos últimos doze anos manteve o crescimento, porém com características de inclusão social.

Para os próximos anos o governo federal tem objetivos claros de expansão da educação superior, de acordo com o Plano Nacional de Educação<sup>7</sup> – PNE 2014:2024 com a meta de elevar a taxa bruta<sup>8</sup> para 50% e a taxa líquida<sup>9</sup> para 33% na população de 18 a 24 anos matriculada no ensino superior.

Fica evidente a preocupação governamental em expandir o ensino superior em paralelo à diminuição dos desequilíbrios educacionais à medida que se verifica que uma das diretrizes do PNE 2014:2024 é a superação das desigualdades educacionais, com foco no desenvolvimento da cidadania e erradicação de discriminações. Essa expansão deve ser compreendida como ampliação das oportunidades de acesso a segmentos amplos da população, tanto no setor público quanto privado (BRASIL, 2015b).

Para Gomes e Moraes (2013), o percentual da população em idade escolar adequada (18 a 24 anos) que cursam o ensino superior, tem apresentado crescimento nos últimos anos. Entre os anos 1980 a 1995 a taxa de matrícula dessa parcela da população permaneceu em 8%, porém, a partir de 1996 esse indicador começou a se elevar, segundo IBGE.

Dados da PNAD em 2013 demonstram que a taxa de frequência líquida da população de 18 a 24 anos que cursavam o ensino superior no país subiu<sup>10</sup> para 16,4 %. Esse indicador para o Estado de Mato Grosso é superior à média nacional com 19,0% da população em idade adequada (IBGE, 2014).

Segundo Gomes e Moraes (2013) essa expansão foi desenvolvida

---

<sup>7</sup> A lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 trata do Plano Nacional de Educação – PNE 2014:2024. O referido plano possui 10 diretrizes para servirem de norte e 20 metas a serem alcançadas em um período de 10 anos.

<sup>8</sup> A taxa de frequência escolar bruta é a proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária (IBGE, 2014).

<sup>9</sup> A taxa de frequência escolar líquida é a proporção de pessoas de uma mesma faixa etária que frequenta escola no nível de ensino adequado a essa faixa etária, conforme organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária (IBGE, 2014).

<sup>10</sup> A taxa de frequência líquida para o Brasil em 2011 era de 14,6%.

por meio de financiamento privado, doméstico e com participação ativa do estudante que passou a ser visto como um consumidor de serviços educacionais. Buffa (2005) ratifica essas características da expansão da educação superior, à medida que demonstra que 75% das matrículas dos estudantes se concentram em instituições particulares. Um dos mecanismos que ajudaram no crescimento do setor privado foi à criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES<sup>11</sup>.

Soma-se a isso o desenvolvimento da educação a distância que segundo Giolo (2010) está contribuindo para o crescimento das matrículas de ensino superior com uma predominância do privado sobre o público e está alcançando um elevado número de estudantes de forma rápida, em massa e com um baixo custo com professores.

Nesse período também houve expansão no ensino público. Segundo Ferreira (2012) foram implementados programas de expansão das instituições federais de ensino superior por meio de 10 novas universidades e 48 campi, por meio do Programa de Apoio de Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, além da ampliação da rede federal de educação tecnológica e profissional.

Apesar dos avanços quantitativos no ensino público, não existe uma tendência de aumento proporcional frente ao ensino privado. Segundo Neto (2013) além do ensino particular representar três quartos das matrículas no ensino superior, dados do Censo da Educação de 2010 demonstram uma curva crescente da rede privada frente a pública.

Esse cenário é fruto da reconfiguração do campo universitário no cenário nacional. Para Bourdieu (1983) *campo* é um espaço concorrencial onde as pessoas se encontram em posições pré-definidas em relação a uma situação objetivamente imposta para entrarem em conflito por um poder simbólico valorizado naquele espaço social. Os detentores desse capital simbólico são os dominantes e subjagam os dominados. O mundo social é formado por diversos campos como o econômico, da moda, jurídico, educacional etc. O campo é “como um universo autônomo de relações específicas” (BOURDIEU, 2002, p. 67).

Atualmente o campo da educação superior está subordinado ao campo e a lógica econômica. Gomes e Oliveira (2012, p. 41) apontam este fato ao afirmarem que “o campo da educação superior, é, pois, uma parte

---

<sup>11</sup> O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, foi criado em 2001 e é destinado a financiar a graduação de estudantes regularmente matriculados no ensino superior em instituições particulares (GOMES; MORAES, 2013).

do sistema de ensino que sofre intensamente o processo de subordinação ao sistema econômico”. Esse processo ganhou corpo na década de 1990 com a eleição presidencial de Fernando Collor de Mello, trazendo para a agenda nacional os conceitos de estado mínimo e desregulamentação. A solidificação do neoliberalismo foi realizada no governo de Fernando Henrique Cardoso entre 1995 a 2002.

A partir desse período houve uma mudança de papéis entre os principais agentes envolvidos (Estado, mercado, academia e sociedade civil) em todos os campos sociais, dentre eles o da educação superior. Segundo Gomes e Oliveira (2012) o condicionamento e a subordinação do campo universitário implicam em um maior comprometimento com a sociedade de mercado e, por isso, tende cada vez mais à reprodução do próprio espaço social, deixando em segundo plano a transformação social.

Dessa forma o campo da educação superior não possui características atuais de alterar o ciclo da reprodução social, aparentando mais ser uma lógica inerente ao campo de reproduzir a si mesmo e a estrutura social, em vez de garantir equidade<sup>12</sup> a todos.

### **Políticas públicas para a equidade no acesso à expansão do ensino superior**

A teoria de Bourdieu (2008) explica a reprodução da sociedade por meio dos espaços de lutas ou campos. Porém, as reproduções não são necessariamente em sua integralidade, visto que é possível haver mutações na relação entre dominados e dominantes devido às disposições que as pessoas têm de modificarem ou resistirem às forças dos campos.

Nos anos de 2005 e 2012 foram implementados dois programas públicos que têm objetivos específicos de modificar a lógica da reprodução dos perfis de estudantes que cursam o ensino superior no Brasil, proporcionando maior acesso a estudantes de classes socioeconômicas desfavorecidas, levando em consideração aspectos relacionados à cor e raça. São eles: O Programa Universidade para Todos – PROUNI nas instituições particulares e a Lei de Cotas nas universidades e institutos federais.

O PROUNI é destinado à concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais de 50% ou de 25% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior, com ou sem

---

<sup>12</sup> A noção de equidade enfatiza as diferenças e os particularismos coletivos, por meio da ideia de um tratamento diferenciado dos membros dessas coletividades. Ou seja, indivíduos desiguais devem receber tratamentos diferenciados considerando os aspectos racial, cultural, étnico e de gênero (RODRIGUES, 2011).

fins lucrativos. Os estudantes beneficiados pelo PROUNI são os provenientes da escola pública no ensino médio ou instituições particulares através de bolsas integrais. Além disso, os bolsistas integrais não devem possuir renda familiar per capita superior a 1,5 salário-mínimo e os bolsistas parciais 3 salários-mínimos.

Apesar das conquistas do PROUNI, Silva (2013) aponta que essa política de ação afirmativa não altera as causas das desigualdades sociais do país, visto que são intrínsecos ao sistema capitalista. Como aponta Mészáros (2002) o sistema de produção capitalista não procura solucionar seus problemas atacando suas causas. O máximo que se faz é focar em seus efeitos e minimizá-los como está sendo implementado pelo PROUNI.

Outro ponto sobre o PROUNI é o fortalecimento da privatização do ensino superior brasileiro, pois como aponta Leher (2004), este programa acaba reconfigurando a ação estatal ao alocar recursos públicos em instituições particulares, em detrimento ao atendimento das demandas das instituições públicas de ensino superior.

Além do fortalecimento do ensino superior em instituições particulares, o PROUNI proporciona aos contemplados pelo programa, uma formação superior com características mercantilistas. Gomes e Oliveira (2012), ao refletirem sobre o tema público<sup>13</sup>-privado comentam que, enquanto este prepara seus egressos exclusivamente para o mercado, aquele tem características de uma formação integrada através do ensino, pesquisa e extensão.

Pode-se afirmar que ações afirmativas que contemplem a educação superior por meio de instituições particulares são importantes na tentativa de redução das desigualdades sociais, porém como aponta Mészáros (2002) a educação só consegue contemplar um mecanismo de transformação social se romper com a lógica mercantilista. Assim, a formulação de políticas afirmativas em universidades públicas é vital para a formação de indivíduos com consciência de seu papel transformador no meio em que se insere.

Arbache (2006) lista as primeiras iniciativas de ações afirmativas envolvendo sistemas de cotas em instituições públicas de ensino superior, a partir de 2002 com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Em 2004 a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal que implementou a reserva de vagas para vestibulandos da raça negra.

Após várias iniciativas das próprias instituições públicas de ensino,

---

<sup>13</sup> Neste caso Gomes e Oliveira (2012) se referem ao ensino público com formação integrada por meio do ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da universidade pública, visto que os institutos federais também proporcionam ensino público, porém apresentam características de uma formação técnica.

o governo federal formulou o programa chamado Lei de Cotas. Sendo um programa público, que se insere nas diretrizes de democratização do ensino superior no Brasil, por meio da reserva de 50% das vagas das universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Essa Lei de nº 12.711 estabelece que a distribuição das vagas seja subdividida da seguinte forma: os primeiros 50% das vagas serão destinados aos estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta por pessoa de valor igual ou inferior a um salário-mínimo e meio. Os outros 50% serão para estudantes de escolas públicas com renda familiar por pessoa superior a um salário-mínimo e meio. Será ainda levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas em cada Estado de acordo com os dados do censo demográfico de 2010, do IBGE (BRASIL, 2015c).

### **Diálogo com Bourdieu**

Apesar da existência de programas públicos como o PROUNI e a Lei de Cotas, existe uma dificuldade estrutural em promover a equidade no acesso ao ensino superior e por consequência na mudança dos perfis dos estudantes universitários e graduados brasileiros. Isso é fruto de distribuição desigual de recursos ou capitais na sociedade (BOURDIEU; PASSERON, 2008).

Segundo Bourdieu e Passeron (2008) esses recursos são distribuídos pelas famílias dos estudantes e se convertem em sucesso educacional. Os recursos podem ser de natureza econômica, social, cultural e simbólica, trazendo à tona quatro conceitos que permeiam grande parte da obra de Bourdieu. São eles: Capitais econômico, social, cultural e simbólico.

O capital econômico se caracteriza pelos investimentos, pelas rendas, pelo dinheiro e pelas posses dos agentes. Em uma sociedade capitalista, independente do campo onde a pesquisa é realizada, o capital econômico e a lógica mercadológica sempre possuem um papel central ou relevante. Segundo Neto (2013, p. 49) “o capital econômico pode ser definido em termos de recursos econômicos disponibilizados pela família para cobrir os custos diretos e indiretos com o processo escolar”.

Bourdieu conceitua capital social como “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações” (BOURDIEU, 1998, pg.67). O capital social é compreendido em nível individual de cada pessoa, apesar de não ser redutível as suas propriedades biológicas. Ou seja, o capital social transcende ao indivíduo como um ser humano e se

concentra nas relações que esse indivíduo possui. Para Bourdieu (1998) o capital social, por meio dessas relações, tem a capacidade de aferir rendimentos diferentes para pessoas com capital econômico ou capital cultural equivalente.

Bourdieu (1998) explica o conceito de capital cultural demonstrando que alunos provenientes de classes sociais distintas possuem desempenhos escolares desiguais. E essa divergência de aproveitamento é fruto de uma transmissão doméstica de um determinado capital cultural valorizado pela escola. Bourdieu (1998) demonstra que o rendimento escolar depende do capital cultural investido pela família e que o rendimento econômico do certificado escolar depende do capital social que cada pessoa obtém.

Já o capital simbólico é o prestígio, a honra e o status que o agente possui em determinado campo. O capital simbólico é como uma síntese dos demais tipos de capital (social, cultural e econômico). Além dos capitais econômico, social, cultural e simbólico, a questão da cor ou raça também influencia na dificuldade de amenização das desigualdades de acesso ao ensino superior.

Dados da PNAD de 2013 demonstram que a taxa de frequência líquida da população brasileira de 18 a 24 anos que cursa o ensino superior e que se autodeclaram da cor branca é de 23,5%. Já os pretos ou pardos, que correspondem a raça negra, têm um percentual de 10,8%. Segundo Neto (2013) as diferenças de desempenho entre estudantes de cor ou raça distintas permanecem mesmo entre estudantes com as mesmas faixas de renda.

E por fim, temos as questões subjetivas que influenciam as decisões educacionais das pessoas em todas as classes sociais através do *habitus*. Segundo Bourdieu (2002), o *habitus* é a interiorização das estruturas sociais e o princípio gerador de pensamentos e atitudes. A consequência disso é que quanto mais capital econômico e cultural as pessoas possuírem, melhores decisões educacionais (onde estudar? Qual profissão escolher?) serão tomadas.

Assim, Bourdieu (1998) defende a ideia de que pessoas com baixo capital econômico e cultural têm grandes chances de fazerem maus investimentos escolares, por serem desprovidos dos instrumentos que possibilitam enxergarem as oportunidades potenciais que do ponto de vista formal, são ofertadas a todos.

Os pontos elencados demonstram a dificuldade em modificar o perfil dos estudantes do ensino superior no país através de programas públicos focais, visto que os problemas são estruturais. A melhoria dos sistemas educacionais e das condições de vida em geral não conduz, necessariamente, a uma redução das desigualdades entre as classes sociais.

Bourdieu e Passeron (2008) afirmam que a expansão educacional

não é um mecanismo de universalização de oportunidades, mas sim de um instrumento de reprodução das relações de dominação entre as classes sociais, principalmente, através da transmissão do capital cultural entre as famílias.

### Perfil dos graduados no Estado de Mato Grosso

Segundo o Censo da Educação Superior do INEP, o Estado de Mato Grosso possuiu uma expansão considerável no período de 1996 aos dias atuais. O número de IES passou de 23 (em 1996) para 61 em 2013. O quantitativo de vagas em 1996 era de 8.396, sendo 38,66% públicas e 61,34% privadas (BRASIL, 2015a).

Já em 2013 eram 56.515 vagas, significando um aumento percentual de 673,11% ao comparar com 1996. Em 2013 a rede pública representava 22,38% das vagas e o ensino privado 77,62, demonstrando que houve um crescimento da predominância do privado frente o público (BRASIL, 2015a).

Essa caracterização da Educação Superior suscita os seguintes questionamentos: A Expansão do Ensino Superior em Mato Grosso está sendo acompanhado por sua democratização? Os cursos universitários de alta, média e baixa demanda estão sendo ocupados por estudantes que representam o mesmo perfil populacional de cor e raça do estado de Mato Grosso? Para respondê-los verificamos qual o perfil da população estadual nos anos de 1991, 2000 e 2010 e comparamos com o perfil do graduado no mesmo intervalo de tempo.

Segundo o IBGE (tabela 1), em 1991 o Estado possuía uma população de 2.026.069 pessoas. Os pardos representavam a maior parcela da população com 54,42%, seguidos dos brancos com 40,56%. Os pretos, amarelos e indígenas representavam cerca de 6%.

Já em 2010 com uma população de 3.035.122, Mato Grosso apresentou um retrato parecido com o de 1991 com os pardos e brancos representando 89,92% da população. Observou-se um aumento das pessoas pretas para 7,43% e um modesto crescimento dos indígenas e amarelos.

**Tabela 1- População residente, por cor ou raça em Mato Grosso**

Cor ou raça	Variável X Ano					
	População residente (Pessoas)			População residente (Percentual)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<b>Branca</b>	821.808	1.104.962	1.128.086	40,56	44,11	37,17

<b>Preta</b>	79.194	141.305	225.627	3,91	5,64	7,43
<b>Amarela</b>	5.774	9.984	35.834	0,28	0,40	1,18
<b>Parda</b>	1.102.665	1.200.602	1.601.177	54,42	47,92	52,75
<b>Indígena</b>	16.549	29.196	43.226	0,82	1,17	1,42
<b>Sem declaração</b>	79	19.196	1.172	0,00	0,77	0,04

Fonte: Sidra/ IBGE – Censo Demográfico

Bourdieu e Passeron (2008) procuraram demonstrar a fragilidade da democratização da Educação Superior a medida que escolhas dos cursos de graduação possuem determinantes sociais. A consequência disso é que as carreiras universitárias com maior prestígio na sociedade são compostas em sua maioria por pessoas brancas do sexo masculino (BOURDIEU, 1999).

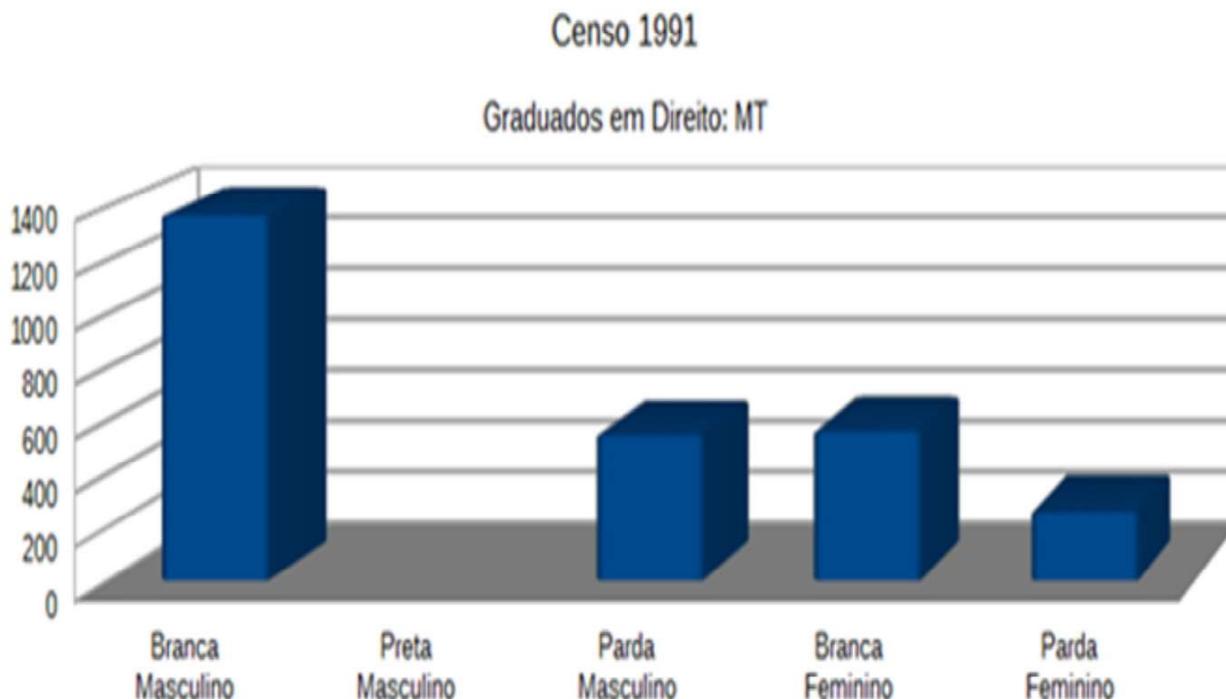
Para verificar a hipótese de Bourdieu e Passeron (2008) foram escolhidos cursos de alta demanda (Medicina e Direito) e um curso de baixa demanda (Serviço Social) na tentativa de verificar se o perfil desses graduados reflete o retrato populacional do Estado.

## Direito

Os três últimos Censos Demográficos apresentaram os graduados em Direito com os seguintes números em Mato Grosso: 2.747 pessoas em 1991, 5.112 no ano 2000 e 17.078 em 2010, distribuídos de acordo com os gráficos 1 a 3. Dos três cursos pesquisados a maior expansão de graduados foi verificada no curso de Direito com um aumento percentual de 86,09% em 2000 e de 234,07% em 2010.

Essa expansão significativa dos graduados em Direito foi fruto do ensino privado, pois em 2010, Matos Grosso possuía 27 cursos de Direito, sendo 24 privados e 3 públicos (BRASIL, 2015a).

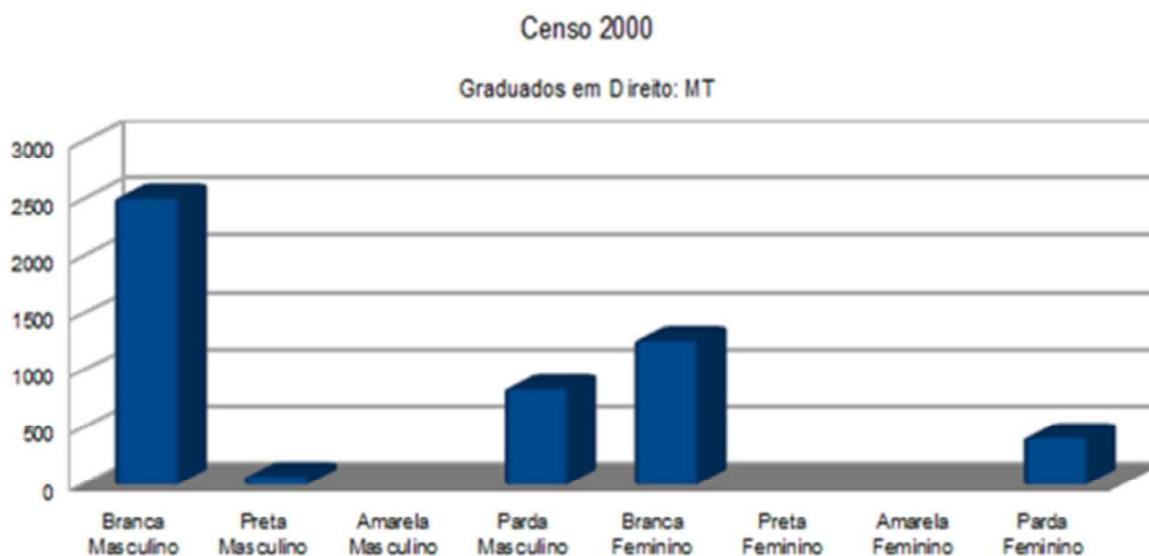
Gráfico 1 – Graduados em Direito por Cor ou Raça e Sexo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Conforme o gráfico 1, os graduados em Direito em 1991 se dividiam entre brancos (70,44%) e pardos (29,56%). Dentre os brancos, 70,85% são homens e 29,15% mulheres. Já entre os pardos 67,73% é composto por homens e 32,27% mulheres. Do total de graduados, os homens correspondem a 69,93% e as mulheres representam 30,07%.

Gráfico 2 – Graduados em Direito por Cor ou Raça e Sexo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

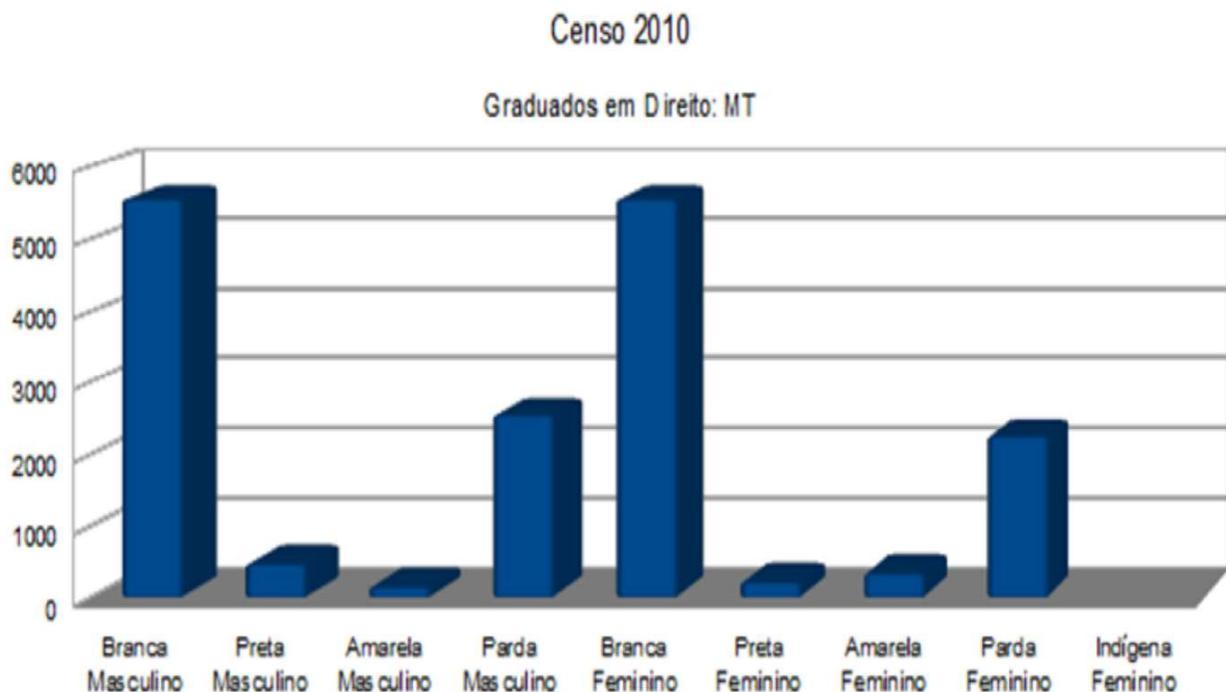
O Censo de 2000 apresentou algumas modificações no perfil dos graduados em Direito, dentre elas a presença de pessoas da cor preta, representando 1,49% da amostra. Contudo, os entrevistados que se autodeclararam da cor branca permanecem como a maioria com um percentual de 73,94%, seguidos dos pardos com 24,57% do total.

Dentre os brancos, houve uma pequena diminuição percentual do sexo masculino (de 70,85% em 1991 para 66,53% em 2000), acompanhado de um aumento proporcional da taxa feminina que representava 29,15% em 1991 e subiu para 33,47% em 2000.

Entre os pardos o percentual entre os sexos se manteve praticamente o mesmo, fazendo com que os homens correspondessem a 67,03% e as mulheres 32,97%. Para as pessoas da cor preta, 100,00% eram homens.

Do total da amostra, houve uma diminuição percentual dos graduados em Direito do sexo masculino (de 69,93% em 1991 para 67,15% em 2000) e um aumento do sexo feminino que cresceu de 30,07% em 1991 para 32,85% em 2000.'

Gráfico 3 – Graduados em Direito por Cor ou Raça e Sexo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O Censo Demográfico de 2010, conforme o gráfico 3, demonstra uma mudança no perfil dos graduados em Direito, pois aparecem pessoas brancas (65,01%), pretas (4,05%), amarelas (2,90%) e pardas (28,04%) e de ambos os

sexos, apesar de permanecer uma predominância dos entrevistados da cor branca.

Na participação percentual das mulheres, também houve um crescimento relevante. Dos graduados brancos, 50,01% correspondem as mulheres e 49,99% aos homens. Dentre os amarelos 31,11% são homens e 68,89% são mulheres, entre os pretos 68,45% são homens e 31,55% mulheres, e dos graduados pardos 53,16% são homens e 46,84% são mulheres.

Do total de entrevistados 51,08% são homens (contra 69,93% em 1991 e 67,15% em 2000) e 48,92% são mulheres (contra 30,07% em 1991 e 32,85% em 2000), demonstrando a evolução percentual feminina, representando quase a metade da amostra.

Em 2010 foi a segunda vez que apareceu a cor preta no perfil dos graduados em Direito, apesar da cor parda aparecer com percentuais consideráveis nos três Censos pesquisados. Isso demonstra que a raça negra (pretos e pardos) possuem diferenças internas quanto a sua representatividade na Educação Superior.

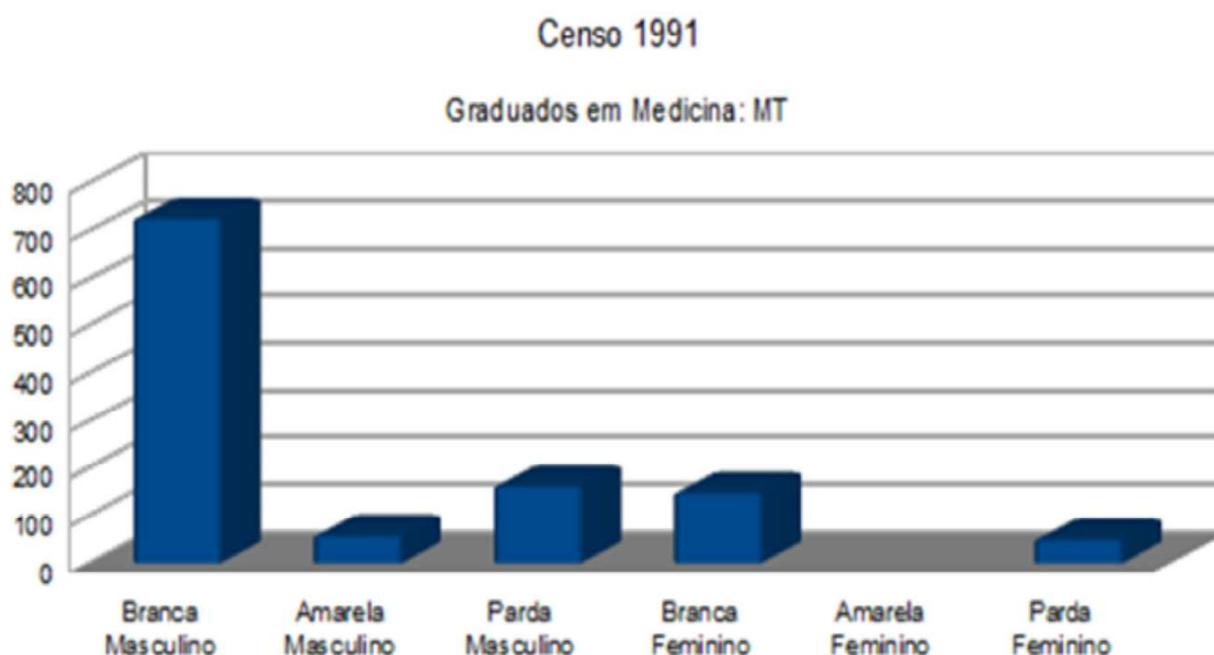
O próprio Bourdieu (1998) faz críticas ao imperialismo cultural norte-americano que tenta difundir no Brasil a dicotomia entre brancos e negros, denunciando assim a categoria pardo. Enquanto isso, nos Estados Unidos, as pessoas “de origem mista se mobilizam a fim de que o Estado americano (a começar pelos institutos de recenseamento) reconheça, oficialmente, os americanos mestiços” (BOURDIEU, 1998, pg.26).

Bourdieu (1998) relata que os “mestiços” norte-americanos não querem mais ser recenseados sob a etiqueta exclusiva do negro. Se no Brasil o IBGE não divulgasse o percentual de pardos e pretos (divulgasse apenas a raça negra) não seria possível mensurar que dentro da raça negra há diferenças consideráveis no acesso ao ensino superior.

## **Medicina**

Os graduados em Medicina no Estado de Mato Grosso eram 1.151 em 1991. Com um aumento de 46,39%, o Censo de 2000 registrou 1.685 médicos. Já em 2010 foram 2.421 entrevistados registrando 43,67% de aumento. Os gráficos 4 a 6 demonstram os perfis desses graduados nesses três momentos.

Gráfico 4 – Graduados em Medicina por Cor ou Raça e Sexo

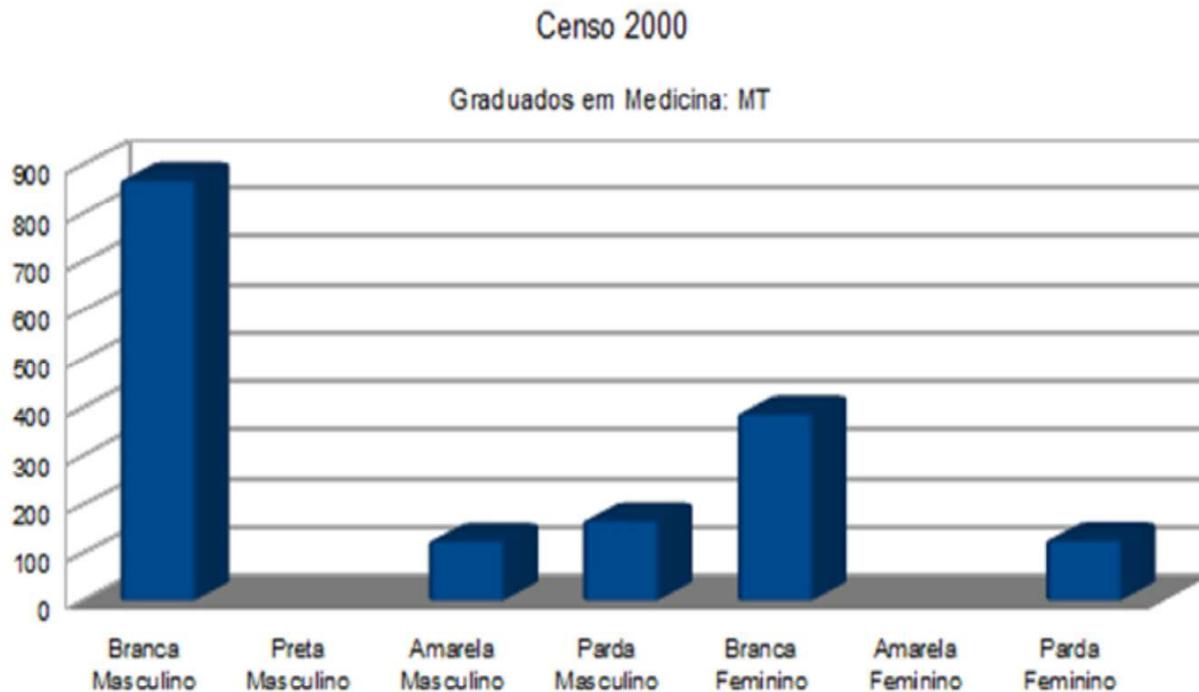


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991.

O gráfico 4 apresenta o resultado do Censo de 1991 em relação aos graduados de Medicina no Estado de Mato Grosso. O perfil dos entrevistados é dividido em brancos (76,10%), pardos (18,68%) e amarelos (5,22%).

Em relação ao sexo, os homens brancos correspondem a 82,99% e as mulheres brancas são 17,01%. Entre os pardos, 75,81% são homens e 24,19% mulheres, enquanto 100% dos amarelos são homens. Há uma predominância dos homens na amostra com um percentual de 82,53% e de 17,47% de mulheres.

Gráfico 5 – Graduados em Medicina por Cor ou Raça e Sexo



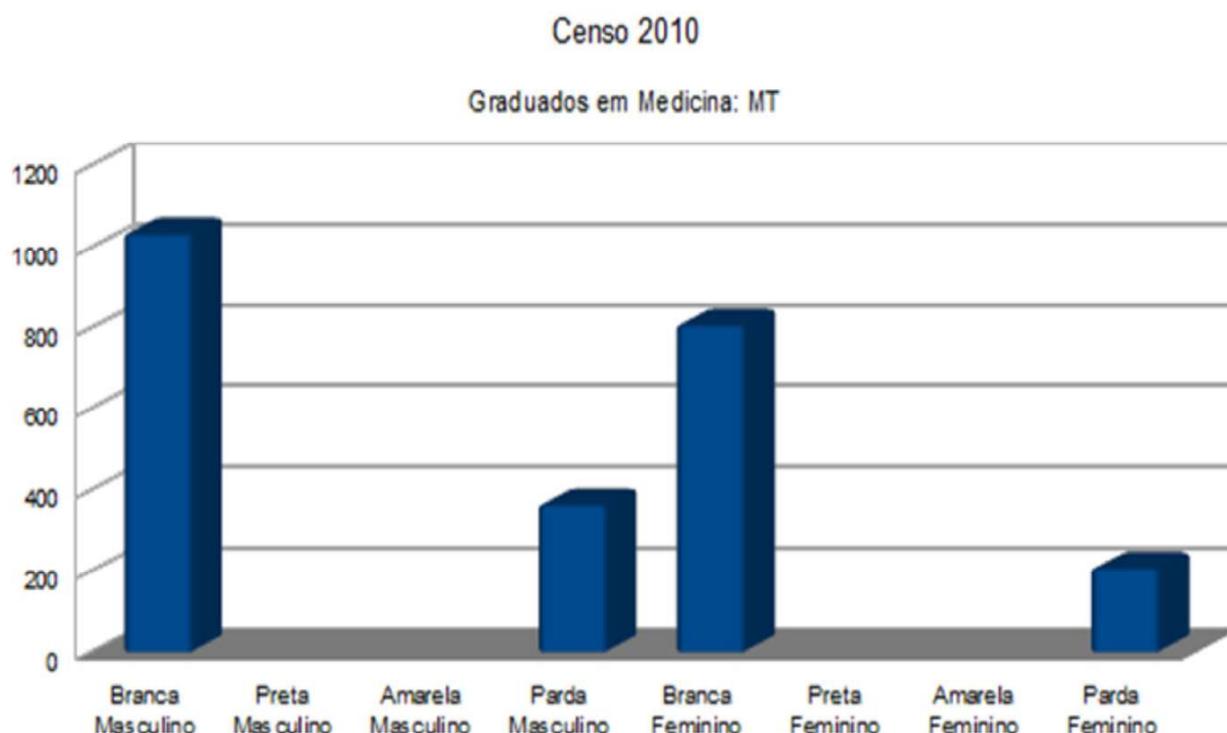
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

No ano de 2000, o Censo retratou que os graduados em Medicina possuem um perfil semelhante ao de 1991, com 74,84% de brancos, 17,62% de pardos e 7,54% de amarelos.

A grande diferença retratada entre os Censos foi o crescimento feminino que passou de 17,47% em 1991 para 30,75% em 2000, enquanto a participação masculina diminuiu de 82,53% em 1991 para 69,25% em 2000.

Essa evolução relativa do sexo feminino também é percebida entre as mulheres brancas (de 17,01% em 1991 para 30,93% em 2000) e nas mulheres pardas que representavam 24,19% em 1991 e cresceram para 43,10% em 2000. Já entre os amarelos a participação masculina permaneceu com 100% dos entrevistados.

Gráfico 6 – Graduados em Medicina por Cor ou Raça e Sexo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O gráfico 6 demonstra que o perfil dos graduados em Medicina no ano de 2010 ficou restrito aos brancos (76,20%) e aos pardos (23,80%). A diminuição dos graduados amarelos fez com que o seu percentual perdesse relevância estatística. Percebe-se que a participação feminina continua com uma tendência de crescimento, representando um total de 42,10% em 2010, enquanto a participação masculina diminuiu para 57,90% do total de recenseados.

Entre os graduados brancos do sexo masculino o percentual diminuiu de 69,07% em 2000 para 56,15% em 2010 e o feminino cresceu de 30,93% em 2000 para 42,10% em 2010. Para os graduados pardos, os homens passaram de 56,90% em 2000 para 63,54% em 2010 e as mulheres diminuíram de 43,10% em 2000 para 36,46% em 2010.

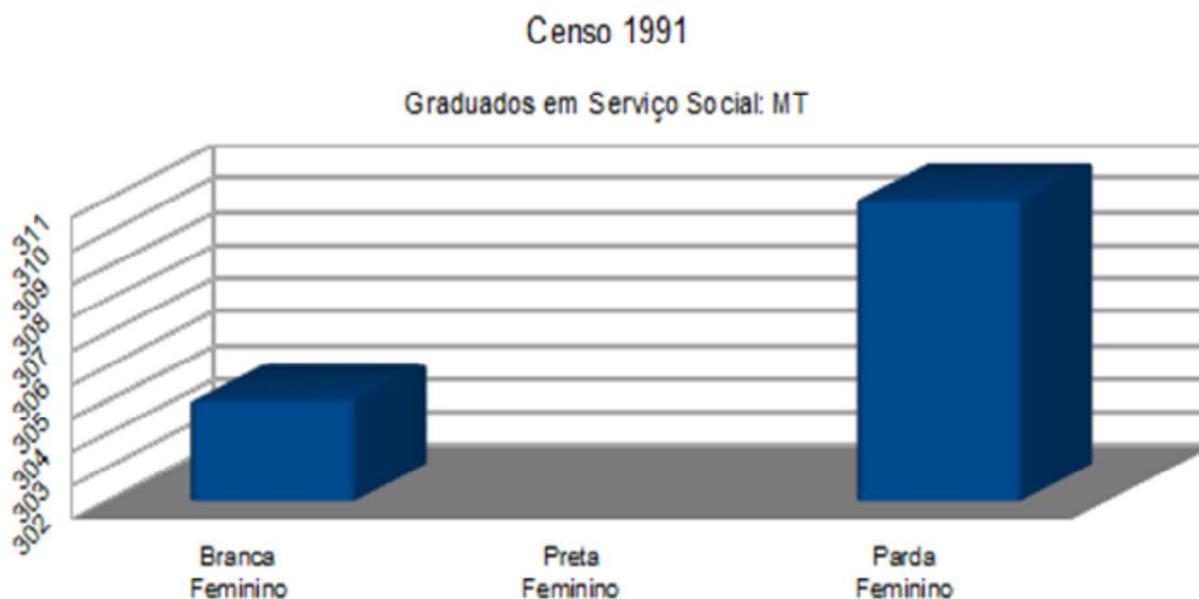
No curso de Medicina que é considerado o de maior demanda, verifica-se o sexo masculino e as pessoas de cor branca com o maior percentual dos graduados e o menor índice de mudança dos três cursos estudados.

Quanto a isso, Bourdieu (1999) apontava que as mulheres estavam separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo, bem como a cor da pele para os negros ou qualquer outro sinal estigmatizador de grupos sociais.

## Serviço Social

Os graduados em Serviço Social em 1991 eram 616 pessoas, no ano 2000 passou para 814 graduados e em 2010 cresceu para 2.174 pessoas entrevistadas pelo IBGE nos Censos Demográficos. Os aumentos percentuais foram 32,14% e 167,07% respectivamente. Os gráficos 7 a 9 retratam esses perfis

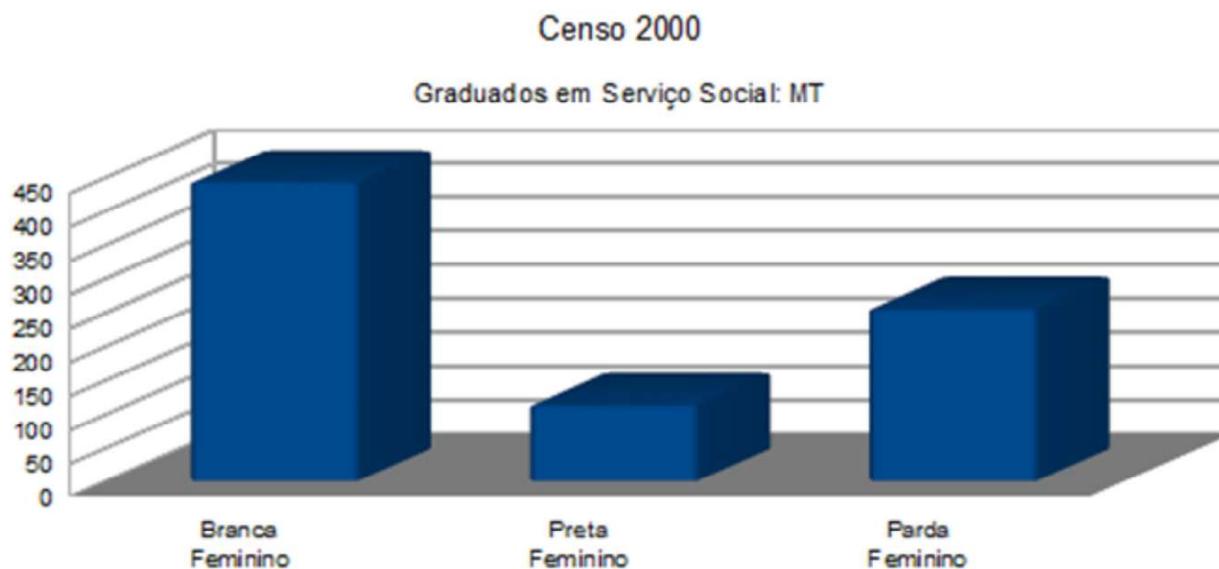
Gráfico 7 – Graduados em Serviço Social por Cor ou Raça e Sexo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Os graduados em Serviço Social possuíam em 1991 um perfil formado, apenas, por pessoas do sexo feminino, sendo 50,49% representados por pardas e 49,51% brancas.

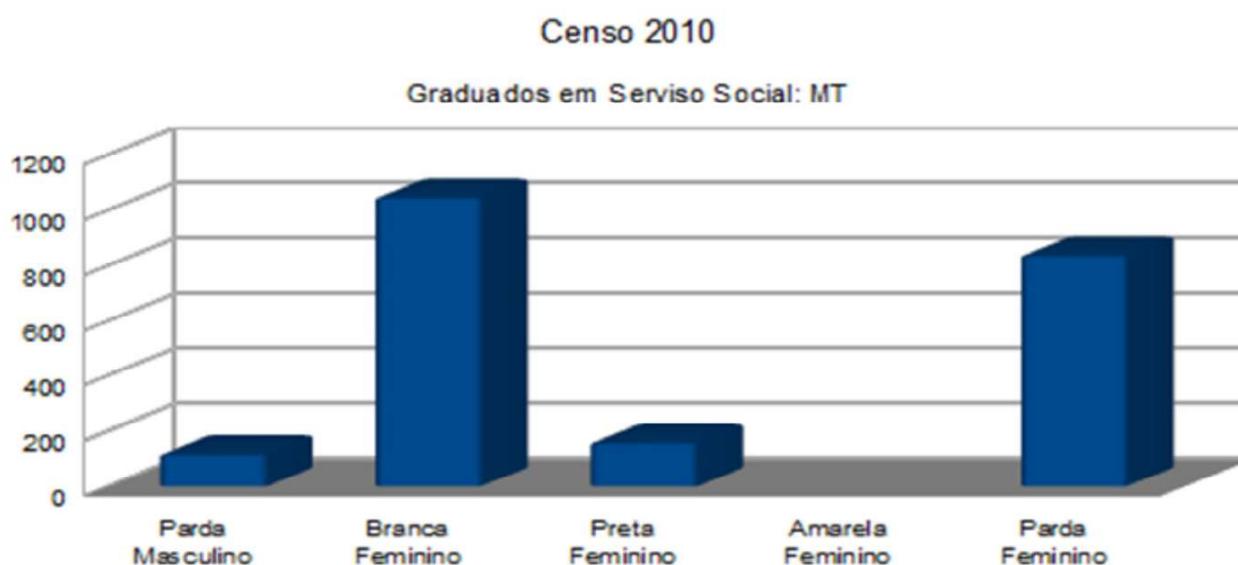
Gráfico 8 – Graduados em Serviço Social por Cor ou Raça e Sexo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Em 2000, o Censo Demográfico demonstrou que houve uma mudança no perfil dos graduados em Serviço Social com a inclusão de pessoas se autodeclarando pretas e representando um percentual de 14,00%, enquanto as pessoas de cor branca e parda permaneceram sendo a maioria por meio dos percentuais 54,54% e 31,46% respectivamente. Todas as recenseadas continuaram sendo do sexo feminino.

Gráfico 9 – Graduados em Serviço Social por Cor ou Raça e Sexo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O gráfico 9 demonstra que no Censo Demográfico de 2010 o perfil dos graduados apresentou pela primeira vez uma pequena participação masculina, por meio dos homens pardos.

Os recenseados permaneceram sendo como grande maioria formada por pessoas do sexo feminino, sendo 100,00% das brancas, 100,00% das pretas e 87,43% dos pardos. Os graduados de cor branca representam 48,30% do total da amostra, os pardos 44,30% e as pretos 7,40%.

Percebe-se que nos graduados em Serviço Social, o percentual de pardos e pretos é superior aos cursos de Direito e Medicina. Beltrão e Teixeira (2005) que desenvolvem estudos pela perspectiva teórica de Bourdieu, afirmam que a presença da raça negra (pardos e pretos) na universidade é reduzida, desigual e restrita a áreas de conhecimento de baixa demanda como cursos de Serviço Social, Pedagogia etc.

### **Considerações finais**

As constatações deste trabalho ratificam a tese de Bourdieu (1999) de que a presença branca e masculina aparece de forma desproporcional a das mulheres e dos negros nos cursos de maior prestígio social. Contudo, pode-se observar que a expansão pode promover uma maior democratização no acesso ao ensino superior como no curso de Direito que em 2010 chegou a possuir a metade dos graduados do sexo feminino e uma maior inclusão de pardos, pretos e amarelos.

Outros pontos importantes que devem ser elencados são os seguintes:

a) No quesito cor ou raça, o IBGE utiliza cinco classificações: Branca, preta, parda, amarela ou indígena. Nos resultados apresentados não apareceram graduados indígenas e em alguns cursos não foram registrados os amarelos e pretos nos três Censos. O não aparecimento desses perfis significa que estatisticamente o resultado coletado não tem relevância. Ou seja, não ter relevância estatística é diferente de zero.

Além disso, quando se tem um pequeno número (por exemplo) de médicos indígenas em Mato Grosso, esse número não pode ser divulgado sob pena de essas pessoas serem identificadas, contrariando a Lei de nº 5.534/68 que asseguram a confidencialidade dos dados e o caráter sigiloso das informações prestadas.

b) Os perfis de maiores destaques foram os graduados brancos e pardos. Contudo, ao comparar o perfil dos graduados com o perfil do mato-grossense (tabela 1), verifica-se em todos os cursos que o percentual do

graduado branco é superior ao mato-grossense branco, sendo que em 2010 o percentual dos graduados brancos em Medicina foi 39,03% superior ao percentual da população branca no estado.

Já com os pardos ocorreu o oposto. Seu percentual de graduados é inferior ao da população em Mato Grosso em todos os cursos, inclusive em Serviço Social. Utilizando o mesmo exemplo do graduado em medicina em 2010, verifica-se que o percentual do médico pardo é de 23,80% do total, enquanto que na população residente no Estado, os pardos representam 52,75%.

c) o curso de Direito foi o que mais se expandiu e também o que mais diversificou o perfil dos graduados, apesar das pessoas brancas permanecerem com o maior percentual. Essa maior expansão e diversificação foram movidas pelo ensino privado, pois dos 27 cursos em Direito, 24 eram da rede privada.

d) Já o curso de Serviço Social que é considerado de baixa demanda sofreu pequenas modificações em seu perfil, porém permaneceu sendo formado por pessoas eminentemente do sexo feminino e com maior percentual de pardos e pretos quando comparado com os outros perfis pesquisados.

e) Os dados do INEP revelam uma expansão significativa da educação superior no Brasil e em Mato Grosso. Em Mato Grosso, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior, entre de 1996 e 2013 foram criadas 38 IES principalmente no interior do Estado, o que representou um aumento de 48.119 novas vagas, com predomínio do setor privado.

## Referências

ARBACHE, Ana Paula Ribeiro Bastos. *A Política de Cotas Raciais na Universidade Pública Brasileira: Um Desafio Ético*. 129 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

BELTRÃO, Kaisô Iwakami; TEIXEIRA, Moema de Poli. *O Vermelho e o Negro: Viés de Cor e Gênero nas Carreiras Universitárias*. Textos para Discussão Ence, nº 19, Rio de Janeiro, 2005.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. *O poder simbólico*. 5. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002c. p. 59-73.

\_\_\_\_\_. Introdução a uma sociologia reflexiva. *O poder simbólico*. 5. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 17-58.

\_\_\_\_\_. O campo científico. IN: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. P. 122-155.

\_\_\_\_\_. O Capital Social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M.A. CATANI, A. (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. 65 – 69.

\_\_\_\_\_. Os Três Estados do Capital Cultural. In: NOGUEIRA, M.A. CATANI, A. (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. 71 – 79.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Petrópolis, vozes, 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopses Estatísticas de Educação Superior: Graduação*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 03 de abr. 2015a.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 03 de abr. 2015b.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Perguntas frequentes Lei de Cotas*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 02 abr. 2015c.

BUFFA, Ester. O Público e o Privado como Categoria de Análise da Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Maria Regina M.; SILVA, Tânia Mara T.da (orgs). *O Público e o Privado na História da Educação Brasileira* – Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Unisal, 2005, p.41-58.

CHERQUES, H.R.T. *Pierre Bourdieu: a teoria na prática*. Revista de Administração Pública – RAP, Rio de Janeiro 40(1): 27-55, Janeiro/Fevereiro. 2006.

FERREIRA, Suely. Reformas na Educação Superior: De FHC a Dilma Rousff (1995 – 2011). *Linhas Críticas*, DF, n. 36, p. 455-472, maio/ago.2012.

GILOLO, Jaime. Educação a Distância: Tensões entre o Público e o Privado. *Educ. Soc.*, Campinas, nº. 113, p. 1271-1298, Out.- Dez. 2010.

GOMES, Alfredo M; MORAES, Karine N. *A Expansão da Educação Superior no Brasil Contemporâneo: Questões para o Debate*. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/32/gt11-5848int.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

GOMES, Alfredo M; OLIVEIRA, João F. Educação Superior como Sujeito-Objeto de Estudo. In: GOMES, Alfredo M; OLIVEIRA, João F. de (Orgs.) *Reconfiguração do Campo da Educação Superior*-Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012,

p. 13 – 70.

IBGE. *Metodologia do Censo Demográfico 2010*. Relatórios Metodológicos, volume 41. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*, 2014.

LEHER, Roberto. *Para Silenciar os Campi*. Educação & Sociedade. Volume 25. nº 88, p. 867-981, outubro de 2004.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETO, Arnaldo Lôpo Mont' Alvão. *Estratificação do Acesso ao Ensino Superior no Brasil*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2013.

RISTOFF, Dilvo. O Novo Perfil do Campus Brasileiro: Uma Análise do Perfil Socioeconômico do Estudante de Graduação. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, SP, V. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. *A Ascensão da Diversidade nas Políticas Educacionais Contemporâneas*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos, 2011.

SILVA, Manira Perfeito Ramos. *Prouni: Um programa de inclusão e suas contradições*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2013.

SILVA, Maria das Graças M. da; VELOSO, Tereza Christina M.A. Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. *Séries Estudos – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, nº 30(jul/dez 2010). Campo Grande: UCDB, 2010. P. 221 – 235.

**Data de recebimento: 17.01.2016**

**Data de aceite: 09.06.2016**

